OPEN ACCESS

ESCOLA DE HUMANIDADES
PUCRS

TEOCOMUNICAÇÃO
Revista da Teologia da PUCRS

Teocomunicação, Porto Alegre, v. 56, n. 1, p. 1-14, jan.-dez. 2026
e-ISSN: 1984-7726 | ISSN-L: 0101-3335

ARTIGOS LIVRES

Dom Sebastião Dias Laranjeira, o defensor da liberdade: um bispo abolicionista no sul do Brasil

Sebastião Dias Laranjeira, the defender of liberty: an abolitionist bishop in southern Brazil

Sebastião Dias Laranjeira, el defensor de la libertad: un obispo abolicionista en el sur de Brasil

Fabiano Glaeser dos Santos[1]
orcid.org/0000-0002-0450-6282
fabiano_glaeser@yahoo.com.br

Recebido em: 24 dez. 2025.
Aprovado em: 29 jul. 2026.
Publicado em: 16 nov. 2026.

Resumo: O objetivo deste artigo é apresentar a dimensão emancipacionista da atuação de Dom Sebastião Dias Laranjeira, segundo bispo da Diocese de São Pedro do Rio Grande do Sul, destacando sua inserção no debate sobre a escravidão e a abolição no Brasil oitocentista. Formado sob forte influência da teologia ultramontana, no Seminário Arquiepiscopal de Salvador, e discípulo de Dom Romualdo Antônio de Seixas, Laranjeira assimilou uma compreensão eclesial marcada pela defesa da autoridade da Igreja, da ordem social cristã e da dignidade da pessoa humana. Essa formação contribuiu de modo decisivo para sua posição favorável à emancipação dos escravizados. Sua atuação, contudo, não se orientou por uma perspectiva revolucionária ou de ruptura imediata com a ordem vigente, mas por uma estratégia gradualista e juridicamente amparada, segundo a qual a superação da escravidão deveria ocorrer por meios legais, institucionais e moralmente persuasivos. Ainda que essa opção implicasse um percurso mais lento, ela revela a tentativa de articular convicção religiosa, prudência pastoral e transformação social. Ao recuperar essa dimensão de sua trajetória episcopal, o artigo busca contribuir para uma compreensão mais ampla do envolvimento do episcopado brasileiro com a questão escravista e das relações entre ultramontanismo, catolicismo e abolicionismo no sul do Brasil.

Palavras-chave: Escravidão. Abolicionismo. Ultramontanismo. Dom Sebastião Dias Laranjeira. Igreja Católica.

Abstract: This article aims to present the emancipatory dimension of the ministry of Sebastião Dias Laranjeira, the second bishop of the Diocese of São Pedro do Rio Grande do Sul, emphasizing his involvement in the debates on slavery and abolition in nineteenth-century Brazil. Educated under the strong influence of ultramontane theology at the Archdiocesan Seminary of Salvador and as a disciple of Romualdo Antônio de Seixas, Laranjeira developed an ecclesial outlook marked by the defense of Church authority, Christian social order, and human dignity. This theological formation played a decisive role in shaping his support for the emancipation of enslaved people. His position, however, was not based on a revolutionary approach or on an immediate rupture with the existing social order, but rather on a gradualist strategy grounded in legality. In his perspective, slavery should be overcome through legal, institutional, and morally persuasive means. Although such an option implied a slower path, it reveals an attempt to reconcile religious conviction, pastoral prudence, and social transformation. By recovering this aspect of his episcopal trajectory, the article contributes to a broader understanding of the engagement of the Brazilian episcopate with the issue of slavery and of the relationships among ultramontanism, Catholicism, and abolitionism in southern Brazil.

Keywords: Slavery. Abolitionism. Ultramontanism. Sebastião Dias Laranjeira. Catholic Church.

Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob a licença CC-BY 4.0, que permite a cópia e redistribuição do material em qualquer formato e para qualquer finalidade, desde que a autoria original e os créditos de publicação sejam mantidos.

[1] Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, RS, Brasil.

Resumen: El objetivo de este artículo es presentar la dimensión emancipacionista de la actuación de Sebastião Dias Laranjeira, segundo obispo de la Diócesis de São Pedro do Rio Grande do Sul, destacando su inserción en el debate sobre la esclavitud y la abolición en el Brasil del siglo XIX. Formado bajo una fuerte influencia de la teología ultramontana en el Seminario Arquidiocesano de Salvador y discípulo de Romualdo Antônio de Seixas, Laranjeira asimiló una comprensión eclesial marcada por la defensa de la autoridad de la Iglesia, del orden social cristiano y de la dignidad de la persona humana. Esta formación contribuyó de manera decisiva a su postura favorable a la emancipación de las personas esclavizadas. Sin embargo, su actuación no se orientó por una perspectiva revolucionaria ni por una ruptura inmediata con el orden vigente, sino por una estrategia gradualista y jurídicamente fundamentada. Desde esta perspectiva, la superación de la esclavitud debía realizarse mediante instrumentos legales, institucionales y moralmente persuasivos. Aunque esta opción implicaba un camino más lento, revela un intento de articular convicción religiosa, prudencia pastoral y transformación social. Al recuperar esta dimensión de su trayectoria episcopal, el artículo contribuye a una comprensión más amplia de la relación entre episcopado brasileño, ultramontanismo, catolicismo y abolicionismo en el sur de Brasil.

Palabras clave: Esclavitud. Abolicionismo. Ultramontanismo. Sebastião Dias Laranjeira. Iglesia Católica.

1 Introdução

Sebastião Dias Laranjeira nasceu na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição, no lugarejo chamado Mamonas, município de Morrinhos, Bahia, em 20 de janeiro de 1821, embora sempre declarasse ter nascido em 1822 (Neis, 1988).[2] Era filho de Joaquim Dias Laranjeiras e Maria Ignácia de Jesus.[3] Após realizar os estudos primários em sua cidade de origem, foi matriculado no Seminário Arquiepiscopal de Salvador, onde teve como professor Dom Romualdo Antônio de Seixas, arcebispo da Bahia de 1828 até sua morte em 1861, que empreendeu a reforma da Igreja na Bahia e que, em 1827, defendeu na Assembleia o fim do tráfico de escravos. Aos dezenove anos, recebeu a tonsura na capela do palácio episcopal. Estudou Teologia entre 1840 e 1844 no Seminário de Salvador, instituição de inspiração ultramontana, de modo que podemos afirmar que Dom Sebastião foi formado dentro dos princípios ultramontanos.

Após receber as quatro ordens menores, o subdiaconato e o diaconato, recebeu a ordenação sacerdotal em 10 de março de 1844, das mãos de Dom Romualdo. Foi designado para ser pároco da paróquia de Nossa Senhora do Morro do Fogo, onde permaneceu até 1857, quando manifestou ao arcebispo o desejo de continuar seus estudos e doutorar-se em direito canônico em Roma. Após obter a autorização do império brasileiro, embarcou para a Cidade Eterna. Antes de chegar a Roma, Pe. Sebastião passou por Paris, onde conheceu o jovem seminarista Antônio de Macedo Costa, oriundo da mesma Arquidiocese de Salvador, seu futuro irmão no episcopado, a quem apoiaria na Questão Religiosa. Em 27 de janeiro de 1850, recebeu de Dom Pedro II a Comenda da Ordem de Cristo.

Dom Sebastião estudou em Roma entre os anos 1857 e 1860, durante o pontificado de Pio IX, período de ápice do ultramontanismo e do processo de romanização. Roma respirava a teologia ultramontana, e Pio IX empreendia uma luta contra o liberalismo, o racionalismo, o protestantismo, a maçonaria e todas as ideologias que colocassem em xeque os princípios da fé católica. Foi nesse ambiente que o padre baiano esteve imerso durante todo o seu período de estudos, o que certamente influenciou o seu episcopado, pois teve contato com as fontes da teologia ultramontana, além do contato com o próprio Papa Pio IX. Obteve o doutorado em Direito Canônico em 1860 e, no mesmo ano, o imperador Dom Pedro II, por conselho de Dom Romualdo, indicou-o para ser o segundo bispo de São Pedro do Rio Grande do Sul. Foi sagrado bispo pelo Papa Pio IX no dia 7 de outubro de 1860, na Capela Sistina.[4]

Partiu de Roma em 30 de dezembro de 1860, chegando ao Rio de Janeiro em 1861, de onde

---

[2] Em carta de 23 de janeiro de 1965, da Diocese de Aveiro para Monsenhor João Maria Balém, em resposta à carta do mesmo de 18 de dezembro de 1964, foram enviados dados da vida de Dom Sebastião Dias Laranjeira encontrados no Arquivo Secreto do Vaticano, Processo 24, Volume 222. Na carta, a grafia do nome está "Larangeiro", e não sabemos se foi erro de datilografia ou se essa era a grafia correta. Carta encontrada no Arquivo Monsenhor Ruben Neis, da Cúria Metropolitana de Porto Alegre.

[3] Correspondência enviada da Diocese de Aveiro, Portugal, em 23 de janeiro de 1965 para Mons. João Maria Balém, em resposta à correspondência enviada por este em 18 de dezembro de 1964. Arquivo Mons. Ruben Neis, Cúria Metropolitana de Porto Alegre

[4] Para mais informações sobre a biografia de Dom Sebastião e seu pensamento, ver: Santos (2020).

partiu para Salvador, onde presidiu as exéquias do recém-falecido arcebispo Dom Romualdo. Depois, dirigiu-se à sua antiga paróquia a fim de rever seus paroquianos, e mandou que o Pe. Juliano de Faria Lobato, também nomeado governador do bispado, tomasse posse da diocese por procuração. De Salvador, escreveu para o povo rio-grandense uma carta pastoral, datada de 4 de março. Deu início a seu ministério episcopal à frente da Diocese em 29 de julho de 1861. Dom Sebastião Dias Laranjeira era do clero ultramontano que foi formado no Brasil a partir de 1840, e que, ao longo da segunda metade do século XIX, foi elevado ao episcopado, e que se empenhou em reformar o clero, e lutar pela autonomia da Igreja frente às ingerências do poder secular nas questões eclesiásticas (Santos, 2020, p. 84-86).

Ao longo do seu episcopado, Dom Sebastião viajou três vezes para Roma: a primeira, em 1867, para participar das celebrações do 19º centenário do martírio de São Pedro, ocasião na qual recebeu do Papa o título de Assistente ao Sólio Pontifício. Depois, participou do Concílio Vaticano I, em 1869-1870. Por fim, fez nova peregrinação a Roma em 1876, para agradecer o restabelecimento de sua saúde.

Dom Sebastião teve participação ativa no Concílio Vaticano I, embora tenha se ausentado de algumas sessões devido à sua frágil saúde. Estava presente na abertura do evento conciliar, a 08 de dezembro de 1869, quando os padres conciliares decidiram eleger os membros da Comissão *prorebus ad fidem pertinentibus*, a comissão mais importante, pois iria estudar a questão do dogma da infalibilidade papal; era, portanto, uma comissão disputada pelas duas principais tendências do Concílio, os infalibilistas e os antiinfalibilistas, e ambos se articularam para eleger os 24 membros dessa comissão. A eleição ocorreu na Congregação Geral de 14 de dezembro de 1869; 720 membros votaram. Dom Sebastião foi eleito na 11ª colocação, sendo um dos 24 membros da Comissão que estudou a infalibilidade papal. Infelizmente sua atuação ficou restrita, pois passou boa parte do tempo enfermo. Assistiu à 1ª Congregação Geral da Comissão (07/01/1870), e também à primeira e à segunda Congregações Gerais, em fevereiro e março de 1870. Devido à sua enfermidade, conseguiu depois assistir somente à 7ª Congregação (06/03/1870). Durante sua enfermidade, foi visitado pelo Papa Pio IX, que o aconselhou a seguir as recomendações médicas e retirar-se do Concílio e fazer uma peregrinação à Terra Santa. Antes de retirar-se, porém, assinou diversas proposições e pedidos ao Concílio, inclusive uma em favor dos judeus (31/03/1870), e outra que pedia a inclusão da expressão *Virgo Immaculata* na saudação angélica, e ainda um decreto que pedia a ampliação do culto a São José. Na quarta sessão solene, em 13 de julho de 1870, deu o placet à Constituição *Pastor Aeternus*, que proclamou o dogma da infalibilidade papal (Rubert, 1969, p. 114).

Dom Sebastião Dias Laranjeira faleceu após longa enfermidade. Costa Pinheiro, eleito para administrar a diocese após a morte do prelado, escreveu:

> Depois de doze dias de sofrimentos, no meio da maior resignação e confortado com os sacramentos da Santa Madre Igreja, exalou o nosso venerando prelado no dia 13 do corrente mês (agosto de 1888), às 6h15 da manhã, o seu último suspiro. A sua morte encheu-nos da maior consternação, levando o pranto e o luto a todos os cantos desta nobre e generosa Província (Neis, 1990, p. 21).

O corpo foi embalsamado pelo Dr. Adolfo Josetti e velado na Capela do Seminário durante três dias, e, depois, no dia 16 de agosto, transladado para a Catedral, onde permaneceu até o dia 17, quando ocorreram as exéquias e, em seguida, o sepultamento.

2 O movimento abolicionista no Rio Grande do Sul

Foi na virada da primeira metade do século XIX que surgiram os três primeiros polos abolicionistas no Brasil: Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia. Nos anos seguintes, outras associações apareceriam no Amazonas, na Bahia, no Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo. No Rio Grande do Sul, um dos primeiros a tratar so-

bre a necessidade de acabar com a escravidão foi Antônio José Gonçalves Chaves, português radicado na cidade de Pelotas, que em 1822 publicou o livro *Memórias ecônomo-políticas sobre a administração pública do Brasil*, em cujo terceiro capítulo trata mais especificamente da questão da escravidão (Moreira, 2003, p. 92). Para ele, o fato de o Brasil ter escravos embaraçava o aperfeiçoamento e o crescimento da população, pois o trabalho cativo era improdutivo e impedia o progresso da agricultura e da indústria.

> O escravo – diz um economista – consome mais que pode e trabalha o menos que pode. É esta uma verdade que não precisa ser demonstrada: o escravo, que por modo algum pode esperar prêmio do seu trabalho, interessa-se e consumir e em não trabalhar. Tal é efetivamente a sua indigência corporal e espiritual que jamais pode ter faculdades para dirigir bem o trabalho de que é encarregado; mas ainda quando alguma entidade estranha lhe subministrasse ideias para este fim ele, que não tem interesses por não esperar recompensa, não se aproveitava dela (Chaves, 1978, p. 93).

Vemos aqui um texto carregado de preconceitos com relação aos escravos. De fato, muitos defensores do fim da escravidão assim o eram por motivos econômicos, ou seja, por entenderem que o trabalho livre era mais vantajoso economicamente, ou por uma questão de vergonha diante de outros países que já tinham libertado seus escravos, ou ainda pelo desenvolvimento do país. Não havia, pois, a preocupação com a pessoa do escravizado. John Frick, londrino que vivia em Rio Grande em função da construção da ponte sobre o Rio Piratini, escreveu *Breve notícia sobre a primeira Sociedade de Emancipação no Brasil*, sobre a Sociedade Promotora da Emancipação de Escravos, fundada em 1869 e da qual ele participava, sendo o redator dos seus estatutos. Neste escrito, ele reflete a mentalidade de grande parte dos abolicionistas provinciais da época, pois fala da inferioridade da "raça etiópica" em comparação com a "raça caucásica" que é potencializada pelo embrutecimento causado pela escravidão. Além disso, ele imagina os riscos de uma libertação imediata:

> Espera-os lá fora no enorme país da liberdade, para os homens a miséria, o hospital e a cadeia, para as mulheres a prostituição, os farrapos e a morte. Foi sempre a minha teoria apresentada em tais discussões, a emancipação morosa pela morte dos escravos; emancipar imediatamente o ventre das escravas, e deixar os escravos em mãos dos seus senhores; fazer propaganda moderadas das conveniências da extinção da escravatura e deixar ao tempo o encargo de gradualmente, e à conveniência de cada um, curar cuidadosamente do futuro que se lhe apresentaria então claríssimo (Frick, 1885, p. 96).

Membro de uma sociedade de libertação de escravos, vemos que Frick acreditava que a raça branca era superior à raça negra, o que poderia ser classificado como racismo. Portanto, ele não pensava de modo diferente dos defensores do escravismo, que também acreditavam na inferioridade da raça negra, o que, para eles, justificava a sua escravização.

Mesmo em Joaquim Nabuco, grande defensor da causa abolicionista, encontramos esse racismo típico do século XIX, devido às teorias raciais desse período. Em sua obra *O Abolicionismo* (Nabuco, 2003), ele desaprova a miscigenação que, segundo ele, degradava a população brasileira. Ele dizia que "o principal efeito da escravidão sobre a nossa população foi, assim, africanizá-la" (Nabuco, 2003, p. 51), o que para ele seria negativo. Embora fosse um defensor da liberdade dos escravos, não via com bons olhos a miscigenação, e ainda via a africanização do Brasil como uma "nódoa" impressa na face do Brasil (Nabuco, 2003, p. 53). Assim, vemos que, mesmo entre os abolicionistas, havia um pensamento racista: a raça negra seria, na visão deles, inferior à raça branca, e essa inferioridade seria potencializada pela escravidão, o que tornava urgente sua abolição, para não piorar a deterioração já vivida pela sociedade brasileira. De fato, no final do século XIX o Brasil era visto como caso único de miscigenação racial, pelos intelectuais (Schwarcz, 2018, p. 15) e viajantes que aqui chegavam, e isso não era bem-visto devido às teorias raciais do século XIX. Essas teorias entraram no Brasil a partir da década de 1870, e, a partir de tais ideias, a raça negra era vista como inferior, menos desenvolvida, e propensa

a uma vida imoral.

A Sociedade Promotora da Emancipação de Escravos, assim como outras, tinha forte influência maçônica, como, por exemplo, seu presidente, o médico João Landell, vacinador da Vila de São José do Norte entre 1859 e 1862. Era filiado à Loja União Constante. Essa forte influência maçônica é um indicativo do afastamento da Igreja Católica dessas sociedades, uma vez que a maçonaria brasileira era fortemente influenciada pela maçonaria francesa, que era anticlerical, laicista e racionalista.

Em 18 de junho de 1868, foi fundada em Porto Alegre a Sociedade Partenon Literário, que tinha uma biblioteca, museu, aulas noturnas, uma revista e promovia saraus, nos quais os sócios, que eram membros da jovem intelectualidade maçônica da época, liam contos, poesias ou discursos. Essa sociedade também foi responsável pela entrega de algumas cartas de alforria nas comemorações do 7 de setembro de 1869 e 1870.

A Lei do Ventre Livre de 1871 arrefeceu a campanha abolicionista, pela impressão de que essa lei seria suficiente para extinguir a escravidão. Contudo, não foi o que aconteceu, e a campanha abolicionista foi retomada em 1879 com a criação de um partido abolicionista por meio da profissão de fé abolicionista do Deputado Jerônimo Sodré durante a discussão do orçamento imperial. No ano seguinte, duas associações nacionais surgiram: a Sociedade Brasileira Contra a Escravidão, de Joaquim Nabuco, e a Associação Central Emancipadora, de Nicolau Moreira. Em Porto Alegre, o ano de 1880 marcou a criação da Sociedade Emancipadora Rio Branco, composta por alunos e professores da Escola Militar de Porto Alegre. O nome da sociedade era uma homenagem ao Visconde de Rio Branco, líder do Gabinete do Governo nomeado em 1871, que aprovou a Lei do Ventre Livre em 28 de setembro de 1871.

A Sociedade Rio Branco comemorava todos os anos o dia 28 de setembro como afirmação de sua postura a favor de uma abolição lenta, gradual e controlada da escravidão, embora alguns de seus membros tivessem posturas mais radicais (Moreira, 2003, p. 107).

3 O Centro Abolicionista de Porto Alegre

O ano de 1883 foi marcado, em Porto Alegre, por uma série de eventos abolicionistas: a conferência abolicionista promovida pelo Diretório Liberal em 26 de abril de 1883, a fundação de uma seção abolicionista no Partenon Literário e a criação da Sociedade Emancipadora Esperança e Caridade. O ápice desses eventos foi a criação do Centro Abolicionista em 28 de setembro de 1883, com a intenção de aglutinar os esforços emancipacionistas. A presidência do Centro coube ao Cel. Joaquim Pedro Salgado, que, logo que tomou posse, declarou livres todos os seus escravos.

O Centro Abolicionista executou uma série de manifestações de propaganda em prol da abolição da escravidão, que não tiveram efeitos práticos. Em 1º de março de 1884, a Câmara Municipal de Porto Alegre deliberou a criação de um Livro de Ouro, e, em 16 de agosto desse mesmo ano, o presidente da Câmara Luiz Afonso de Azambuja abriu a sessão explicando que a convocara para submeter uma proposta relativa ao movimento abolicionista.

> A Câmara Municipal desta Cidade, acompanhando com entusiasmo o procedimento nobre e altamente humanitário da patriótica população porto-alegrense na santa cruzada da redenção dos cativos, que tão espontaneamente restitui à liberdade, resolve por deliberação unânime, consignar na primeira página do "Livro de Ouro" do município, para que perdure como título de glória um voto de louvor ao brioso povo de Porto Alegre. Fazendo votos para que dentro de poucos dias não ilumine o sol neste município senão rostos de homens livres, envia a Câmara Municipal um bravo à patriótica população desta cidade. A Câmara resolve mais que, depois de completa a obra da emancipação nesta capital, sejam igualmente lançados no "Livro de Ouro", os nomes dos cidadãos e corporação que mais hajam contribuído para esse resultado, figurando na primeira plana os daqueles que espontaneamente e independente de ônus libertaram seus escravos (Moreira, 2003, p. 170).

Em junho de 1884, Dom Pedro II chamou para organizar um novo ministério o político liberal baiano Manoel Pinto de Souza Dantas, que, ao tratar em seu discurso da questão da escravidão, prometeu respeitar a propriedade dos senhores e lançou a ideia da libertação dos escravos se-

xagenários, o que alegrou os abolicionistas, mas despertou a reação dos escravocratas. A Câmara dos Deputados reprovou a Lei dos Sexagenários e votou uma moção de desconfiança.

A libertação dos escravos na Província da Amazônia fez com que o Centro Abolicionista incrementasse suas atividades. Em 6 de julho, realizou uma reunião no salão da frente do Teatro São Pedro, na qual foram nomeadas comissões libertadoras para os distritos, subúrbios e freguesias do município, cuja incumbência era promover libertações através do contato direto com os senhores. Essa ação teve efeito, e no dia 12 de agosto, a primeira quadra da rua dos Andradas tinha apenas 3 ou 4 senhores de escravos. Em 19 de agosto, a cidade já estava completamente emancipada. Quando da comemoração da Independência do Brasil, em 7 de setembro, foi celebrada também a "Redenção da Capital". Em sessão extraordinária acompanhada pelos vereadores, pelo presidente da Província José Júlio de Albuquerque Bararos, autoridades civis e militares e grande número de cidadãos, a municipalidade comemorou o fim da escravidão em Porto Alegre. O presidente da Câmara propôs solenizar a data de maneira perdurável, mudando a denominação do Campo do Bom Fim[5] para Campo da Redenção.[6]

4 Dom Sebastião e a emancipação dos escravos em Porto Alegre

Qual era a posição de Dom Sebastião sobre a questão da escravidão? O que ele pensava a respeito da escravização de seres humanos? Não encontramos textos ou sermões do então Pe. Sebastião Dias Laranjeira, mas nossa pesquisa encontrou atitudes do já bispo Dom Sebastião que mostram que houve com certeza uma mudança de paradigma: Moreira encontrou no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul a informação de que, em 28 de julho de 1861, Dom Sebastião libertou dois de seus escravos, Honorato e Luiz, gratuitamente, em cumprimento da promessa feita a outro escravo seu, Lino, em atenção aos serviços prestados durante o tempo em que foi pároco na Freguesia de Nossa Senhora do Morro do Fogo (Moreira, 2003, p. 180). Ou seja, sabemos que Dom Sebastião teve ao menos três escravos antes de partir para estudar em Roma, tendo libertado um e, depois da sagração episcopal, libertado os outros dois. Assim, teve escravos, mas depois os alforriou. Como bispo no Rio Grande do Sul, passou a adotar atitude diferente em relação à escravidão, ainda que discretamente.

O Centro Abolicionista trabalhou para adotar o sistema da emancipação dos escravos, ou seja, eles deixariam de ser escravos, mas prestariam serviços aos seus senhores por um período de três a sete anos, após o qual teriam a liberdade completa. Seriam contratados, e não mais cativos. Após a festa da Redenção, o Centro Abolicionista praticamente encerrou suas atividades, pois entendia que o problema da escravidão estava resolvido. Contudo, em março de 1887 a matrícula de escravos de Porto Alegre contava ainda 58 cativos. A Diretoria do Centro Abolicionista realizou uma reunião em 4 de abril na casa de Joaquim Pedro Salgado e decidiu que os donos desses escravos seriam chamados publicamente para um acordo que viabilizasse a concessão das alforrias.

Dom Sebastião Laranjeira, apesar de doente, lançou uma carta pastoral em 15 de agosto de 1887 e convocou uma reunião com os "homens de bem" da cidade para 23 de setembro do mesmo ano no Palácio Episcopal, e incentivou a libertação completa dos escravos da Província até o dia 31 de dezembro de 1887, em comemoração ao aniversário de ordenação sacerdotal do Papa Leão XIII. Esta reunião foi noticiada no número 212 do jornal *O Conservador* (1887), de 24 de setembro de 1887:

> A convite do Exmo. Sr. Bispo Diocesano, reuniram-se ontem no Palácio Episcopal diversos cavalheiros de todos os credos políticos. Sua Ex. Revma. em um eloquente discurso manifestou para que os havia congregado, isto é, auxiliarem-no na grande obra da redenção dos

[5] Um local fora da cidade onde eram feitos despejos de lixo e festividades da comunidade negra (Moreira, 2003, p. 173).
[6] Atual Parque da Redenção.

> cativos nesta província, com a qual desejara solenizar o jubileu do Santíssimo Padre Leão XIII.

Nessa reunião foi nomeada uma comissão que tinha a missão de elaborar um manifesto a ser apresentado aos últimos proprietários de escravos. A comissão era composta pelo Monsenhor Vicente Ferreira da Costa Pinheiro, pelo Conselheiro Antônio Eleutério de Camargo, Domingo Francisco dos Santos, Joaquim de Salles Torres Homem, e Demétrio Nunes Ribeiro. O manifesto foi publicado pelo jornal *O Conservador* em 27 de setembro, e no dia 6 de outubro houve nova reunião no Palácio Episcopal, onde foram organizadas comissões municipais abolicionistas que deveriam por sua vez indicar subcomissões para os distritos e freguesias. As comissões eram formadas pelo pároco local, presidente da Câmara Municipal, funcionários públicos provinciais e negociantes. Em Pelotas, a comissão era integrada pelo Cônego Augusto Joaquim de Siqueira Canabarro, cuja obra será tratada no capítulo subsequente; Dr. Artur Antunes Maciel, presidente da Câmara; José Zeferino Torres; visconde da Graça; barão de São Luiz; barão do Arroio Grande; barão de Santa Tecla; Dr. Miguel Rodrigues Barcellos; Dr. José Cypriano Nunes Vieira; coronel Antonio Antunes da Porciúncula e comendador Antonio Mâncio Ribeiro.

Abaixo, uma parte do manifesto abolicionista elaborado no Palácio Episcopal:

> Concidadãos: O venerando chefe da igreja católica nesta província, digno a todos os respeitos da alta estima que desperta pelas suas virtudes cívicas, acaba de assumir a atitude de franco abolicionista, como já deveis conhecer pela pastoral de sua ex. expedida a 15 de agosto do corrente ano. Colocado neste ponto de vista, o preclaro cidadão convocou e realizou no palácio episcopal desta diocese uma reunião sob a augusta presidência de sua ex. [...]. Por acordo unânime resolvemos, pois, aderir à iniciativa patriótica do prezado prelado desta diocese, empenhando-nos sem cessar, pelo abolicionismo incondicional, no sentido de consagrar-se, se for possível, a libertação completa do Rio Grande por ocasião da celebração do jubileu sacerdotal do Santíssimo Padre o Papa Leão XIII, a 31 de dezembro próximo (O Conservador, 1887, p. 1).

5 O jornal a Estrella do Sul

Em 1862, Dom Sebastião fundou o jornal *A Estrella do Sul*, com tiragem semanal, sempre aos domingos. Seu redator era o Pe. Agnelo Gomes de Sousa.[7] Seu primeiro número saiu às ruas no dia 5 de outubro de 1862, com um editorial que mostrava a visão do redator sobre a sociedade do século XIX: "Somos espectadores de uma luta entre o bem e o mal, entre a virtude e o erro, entre Deus e o homem, e mudos não ficaremos" (A Estrella do Sul, 1862, p. 1).

Os redatores de *A Estrella do Sul*, imbuídos de certa visão pessimista, típica de alguns textos ultramontanos e romanizadores, viam a sociedade como palco de uma luta entre Deus e a humanidade que estaria pouco a pouco se afastando de Deus devido ao fenômeno da secularização. É uma característica dos textos da imprensa católica desse período e também dos documentos eclesiásticos: um certo pessimismo com relação às mudanças pelas quais a sociedade passava.

> Estrella do Sul, como veículo da imprensa no Rio Grande do Sul, censurava o pensamento da cristandade quando este era contrário ao da Igreja Católica. É justamente por isso que a linha editorial se posicionava contra a política liberal e contra o Padroado como ligação do Estado com a Igreja (Ramos, 2008, p. 33).

Os alvos preferidos de *A Estrella do Sul* eram o protestantismo e a maçonaria, apresentados como males da sociedade moderna, inimigos da Igreja. Em seu primeiro número, o periódico publicou um artigo intitulado *O culto do Diabo*, no qual associa os escritos do filósofo Proudhon[8] ao satanismo e também ao fundador do luteranismo,

---

[7] Pe. Agnelo era natural da Bahia e veio ao sul junto com Dom Sebastião, que o nomeou, em 1861, mestre de cerimônias da cidade, e, em 1882, pároco da Paróquia Nossa Senhora das Dores.

[8] Pierre Joseph Proudhon (1809-1865), publicista, economista e sociólogo francês, um dos fundadores do anarquismo. Seu pai, de origem camponesa, trabalhava numa cervejaria e o próprio Proudhon exerceu atividades como corretor em Paris, Marselha e outras cidades. Dirigiu, durante algum tempo, uma impressora em Besançon. Seu primeiro trabalho, *Que é a propriedade* (1840), que contém a famosa frase "A propriedade é o roubo!" teve grande repercussão. Publicou, em seguida, *o Sistema das Contradições Econômicas ou Filosofia da Miséria* (1846), obra que começa e termina criticando a religião e a crença em Deus.

Martinho Lutero.

> Passemos a Lutero, o herói da liberdade de pensar. Ele se revolta contra o papado, e sujeita-se a Lúcifer; recusa as bulas de Roma, e recebe os oráculos do inferno. É por ele mesmo que conhecemos seus frequentes entretenimentos com Satanás, e é ele quem nos diz como, depois de uma discussão com o príncipe das trevas se decide abolir o Santo Sacrifício do Altar. Na realidade, Proudhon não foi mais que um plagiário e sua invocação ao demônio se acha desde muitos séculos nas obras do grande inovador (A Estrella do Sul, 1862, p. 12).

O tom preconceituoso usado contra Proudhon e Lutero, associando Lutero e Proudhon ao satanismo, reflete o espírito da época, em que a Igreja Católica tinha a preocupação de combater os inimigos e as ideias que, na sua visão, eram contrárias à fé católica. Além do mais, há um erro de contexto ao unir autores do século XVII e XIX, autores com ideias diferentes e até divergentes, sem nenhuma justificativa.

5.1 A Estrella do Sul e a escravidão

As primeiras páginas do periódico *Estrella do Sul* traziam sempre um texto que abordava algum tema específico da fé cristã. O número 8, de 23 de novembro de 1862, deu início a uma série de quatro textos sobre a virtude da caridade. O número 12, publicado no dia 21 de dezembro de 1862, trouxe o quarto texto da sequência mencionada. Ainda que os referidos artigos sobre a caridade não venham assinados, pode-se afirmar que expressam a opinião teológica de Dom Sebastião, que era, afinal, o responsável maior pela publicação e pela orientação geral das ideias veiculadas pelo jornal. O quarto artigo é o que tem maior relevância para o escopo deste artigo.

Retomando um tema dos artigos anteriores, o autor do texto lembra ao leitor que está em pauta a caracterização da sociedade cristã – cuja fundação é divina e remete a Cristo – como sociedade de caridade. A palavra "sociedade" parece ser utilizada ao menos em parte no sentido de associação concreta e histórica de indivíduos, com vida e estrutura políticas e trocas econômicas (Santos; Pich, 2023, p. 50). De fato, pode-se pensar em estados cristãos – como o Império do Brasil, católico –, nos quais os cidadãos são em regra batizados e a fé cristã exerce ou pode exercer um papel diretivo profundo nas normas de convivência. Afinal, fala-se de uma sociedade cujos "estatutos estão escritos no Evangelho", o "código das obrigações" dos pertencentes à "sociedade da caridade cristã". Ocorre, porém, que na sociedade em análise os "deveres sagrados" para com o próximo foram, segundo o redator, esquecidos. Muitos dos seus membros têm agido por princípios "de interesses que degradam a razão e a natureza humana". O resultado disso é uma "sociedade humana" em sofrimento. É nesse ponto que o "homem escravo" é mencionado (A Estrella do Sul, 1862, p. 89).

Sem dúvida, o redator tem em vista associar a vigência da escravidão na sociedade para a qual fala com a quebra do dever de caridade cristã. Pode-se defender a leitura de que uma das razões que levariam à falta de virtude cristã, aqui, seria o preconceito com relação aos escravos. Ora, o redator, de imediato, fala de atos singelos que resistem à injustiça da escravidão: em cerimônias em "matrizes do sul da Província", teria sido possível testemunhar a presença de senhoras brancas, ricas e distintas, pertencentes "às principais famílias do lugar", que traziam para a igreja, no colo, "negrinhos da cor do azeviche" tratados com amor como se fossem seus filhos. Deixando de lado a linguagem da época, a ênfase do testemunho recai em um elemento do "espírito da religião", que dá poder ao indivíduo de agir contra o meio social: o poder de agir segundo a convicção de que a religião não faz distinção de pessoas, "distinção radical" ou de origem humana entre pessoas brancas e negras. "Preconceitos antigos" foram transmitidos "sobre os homens de cor" e, por vícios diversos, muitos vieram a considerar-se "de natureza superior à dos filhos de Cam" – em uma referência, não comentada no artigo, ao relato etiológico de Gênesis 9.20-29, que supostamente ligaria a origem da cor de pele negra à figura de Cam, filho do patriarca Noé e amaldiçoado por seu pai (A Estrella do Sul,

1862, p. 89-90).[9]

O texto fala das "cinco principais raças" do mundo – supostamente, branca, preta, amarela, parda e indígena –, que diferem na cor. Diferenças de cor não são abordadas; a ênfase recai na existência de pesquisas que explicam as diferenças raciais, mas que, ao final, insistem na origem a partir de "um mesmo tronco" humano. O intuito do redator é defender a tese de que, mesmo que distintas, as "raças" são igualmente humanas. No contexto, notam-se críticas à literatura científica que desonra "a espécie humana" por reduzi-la a ancestrais brutos, a saber, "o macaco", que, por evolução – palavra não utilizada –, modificou-se até o ser humano. Se o evolucionismo é aludido com velada crítica, o autor do texto elogia a obra de "Prytchlei" por preservar "a dignidade da espécie humana": esse cientista teria tentado construir um quadro sobre os seres vivos que preservasse "o princípio da criação animal" em harmonia com certas teses acerca das diferenças entre indivíduos e grupos dentro de uma mesma espécie e acerca de modificações das espécies. O mais importante, de todo modo, é que "Prytchlei" é referido como um partidário da "unidade da espécie humana" (A Estrella do Sul, 1862, p. 90).[10]

Sugerindo, pois, que há uma base de preconceito racial na sociedade cristã que serve para manter a escravidão no país e aludindo a bases científicas para desaprovar essa ideologia racial, o autor do texto muda o enfoque de explicação para quaisquer diferenças existentes entre brancos e negros. São a "instrução" e a "educação" que provocam mudanças nas pessoas e no *status* de "civilização dos povos". É nesse aspecto que as pessoas negras escravizadas são mantidas em "estado bárbaro e selvático". Sem instrução e educação, também uma pessoa branca seria mantida tal como na sua condição de infância: um ser temerário e limitado em competências. Sem o cuidado oferecido pelos outros, a começar pelos pais, o desenvolvimento não vem ou é indefinidamente adiado (A Estrella do Sul, 1862, p. 90). Com instrução, educação e cuidado, "o pobre pretinho" poderia ser igual ao branco. Falta-lhe ou foi-lhe sonegada, desde o princípio, "a voz da razão esclarecida, a voz da religião que imortaliza as ideias, a explicação dos atos da vida social, o porquê de sua existência, sua origem e seu destino" (A Estrella do Sul, 1862, p. 90). O que de fato ocorre é que o negro "nasce, vive e morre como um bruto", e essa degradação se deve à violência do branco dono de escravos. O negro escravizado é mantido na "ignorância" e nos "males" dessa condição, é cercado por um ambiente que o faz viver como fera, e não como pessoa (A Estrella do Sul, 1862, p. 90). A mensagem não poderia ser mais clara: o autor quer convencer o seu público leitor – por óbvio, totalmente branco e acomodado às vantagens sociais da hierarquia escravista – de que a diferença entre brancos e negros, matizada, aqui, em termos de civilização e barbárie, não se deve a um fundo racial originário, distinto e incontornável, mas, antes, à presença ou ausência de educação e cuidado. Se isso não é percebido ou admitido, explica-se que o egoísmo e a cobiça, ao final, retiram dos negros "direitos sociais", reduzem-nos a escravos ou "animais de carga", fazem deles "coisas", e não "pessoas", e, com isso, fazem deles mero item comercial (A Estrella do Sul, 1862, p. 90-91). É a uma sociedade branca fundada nesse quadro espiritual, de valores e opiniões, que o autor do texto dirige a lembrança da sociedade cristã como uma sociedade de caridade.

O cristianismo é apresentado, então, como uma regeneração da sociedade: com ele, vêm a ideia da igualdade dos seres humanos e a percepção de que a dita desigualdade com base em raças de origem distinta é algo imoral, ofensivo à "justiça", à "humanidade" e à "caridade universal". O Cristo proclamado é verdadeiro ser humano e, nisso, da mesma carne que o "homem negro" dos trópicos ou que o ser humano dos "polos" do globo. A ideia parece ser a seguinte: os africanos negros escravizados e seus descendentes, em

---

[9] Sobre esse tema, ver: Pich (2015, p. 58-60).

[10] Sobre o debate monogenismo *versus* poligenismo e sobre versões de darwinismo social no século XIX e a proposição de uma humanidade dividida em raças com traços humanos distintos. Ver: Schwarcz (2018, p. 403-409; 2019, p. 30-40).

sua essência e em seu *status* de humanidade, em nada diferem dos europeus brancos que os escravizavam e, como aqueles, na unidade com Jesus Cristo – nesse caso, incriado e em perfeição –, são feitos à imagem e semelhança de Deus, e também por eles, os africanos, o Pai enviou Jesus Cristo, que se encarnou por todos os seres humanos, de modo que, quanto à humanidade, Jesus Cristo tem a mesma carne do homem negro. Com isso, sugere-se que nada justifica uma consideração tão diferente, no tocante à liberdade, da condição social e política de negros africanos escravizados e seus descendentes e brancos europeus ou brasileiros. Tal distinção não pode ser tolerada, pois todos são, por igual, seres humanos, a partir de dois critérios: a criação à imagem e semelhança de Deus (*imago Dei*) e a encarnação. Podemos falar de argumentos antropológicos e cristológicos. Não há surpresa alguma, pois, em que "homens de cor" possam ter sido venerados no cristianismo – como de fato o foram – por suas virtudes da alma, isto é, do intelecto e da vontade, potências distintivas do ser humano. Em seguida, o autor do texto alinha a Igreja Católica – com efeito, sem traços de criticidade – à defesa dos "direitos do homem" e à defesa da "liberdade dos cativos" (A Estrella do Sul, 1862, p. 91). Nela, a escravidão e o tráfico de escravos estão proibidos, e isso é claro a partir das bulas de Pio VII, cujo pontificado se estendeu de março de 1800 a agosto de 1823, e de Gregório XVI, cujo pontificado se estendeu de 1831 a 1846 e que, como já referido, promulgou a carta apostólica *In supremo apostolatus*, de grande influência sobre o clero ultramontano (A Estrella do Sul, 1862, p. 91; Santos; Pich, 2023). Seja como for, os valores de igualdade na humanidade e de fraternidade de base espiritual e também natural entre brancos e negros – talvez bem compreendidos pelas senhoras brancas que levavam, no colo, as crianças negras à igreja e as educavam em seus ritos –, se são motivos de "santo orgulho" no pertencer à religião cristã, não são princípios críticos das "posições sociais" dos grupos envolvidos (A Estrella do Sul, 1862, p. 91) Uma apreciação crítica e sintética do texto ora circunstanciado e descrito será feita nas Considerações Finais. Cabe dizer que ainda são metas futuras a verificação exaustiva e a análise de outros artigos, publicados no jornal *A Estrella do Sul*, sobre a temática da escravidão. De modo semelhante, o jornal *O Thabor*, igualmente da Diocese de São Pedro do Rio Grande do Sul, e que, de forma semanal, circulou de 1881 a 1882, pode ter ajudado a difundir reflexões críticas acerca do sistema escravista no Brasil e em favor do abolicionismo.

No final do texto, o autor ressalta o contraste entre direito igual e realidade sobremodo desigual entre senhores brancos e servos negros. A condição injusta do escravo tem de ser sensivelmente percebida: ele é "duas vezes infeliz", pois é privado da liberdade e, ademais, vive em uma miséria material que só poderia ser sanada por senhores, em regra, impiedosos e cruéis (A Estrella do Sul, 1862, p. 91). A vida de trabalho e submissão que resta ao escravo é desumana e aviltante ao extremo – ela é um caminho para a morte solitária, em que o escravo perde o "seu ser de homem, sua dignidade e seus direitos", sem o consolo da religião, sem nem sequer poder receber, por um ministro, a absolvição dos pecados. Diante disso, o autor apela a um único encaminhamento aceitável: estar ao lado dos escravos com a sua "carta de liberdade", removendo a "tirania" – a escravidão e a miséria injustas – em que vivem (A Estrella do Sul, 1862, p. 91). Os termos, nesse ponto, são claramente abolicionistas: com a carta de liberdade, o escravizado entra, finalmente, "no grêmio da grande sociedade da caridade cristã" (A Estrella do Sul, 1862, p. 91). Por último, invoca-se, em prol da liberdade, honra e dignidade dos escravos, o "Deus das misericórdias e de justiça" (A Estrella do Sul, 1862, p. 92).

5.2 O jornal O Thabor

Após o encerramento de *A Estrella do Sul*,[11]

[11] O último número de *A Estrella do Sul* foi publicado em 1869.

a diocese ficou cerca de uma década sem nenhum instrumento de divulgação de suas ideias e notícias, até que, em 1881, a diocese passou a contar com um novo periódico, o jornal *O Thabor*. Circulou por apenas dois anos, 1881 e 1882, e era mais politizado do que *A Estrella do Sul*, condenando a maçonaria e o liberalismo, além de alertar sobre a "escravidão" da Igreja pelo Estado (Tavares, 2008, p. 67). Seu primeiro número foi publicado em 8 de setembro de 1881, e, segundo seu editorial, seu objetivo era registrar os fatos da Igreja, refutar os erros, destruir os sofismas, atacar o respeito humano e proclamar bem alto que fora do espírito da Igreja Católica não há salvação, estreitar os laços entre o clero, o povo e o chefe da Igreja Católica; esse é o alvo do *O Thabor* (1881, p. 1).

Em cada cidade havia os agentes responsáveis pela difusão do periódico, e em Pelotas o próprio periódico aponta como "único agente o Ver. Sr. Dr. Joaquim Augusto de Siqueira Canabarro" (O Thabor, 1882, p. 4). *O Thabor* tinha como plataformas principais a defesa do catolicismo tradicional, da moral cristã e da autoridade eclesiástica e o combate às ideias liberais e maçônicas, o que o colocava lado a lado com outros periódicos católicos ultramontanos do período. Atuava como instrumento de formação e mobilização do laicato católico, tentando restaurar a influência da Igreja na esfera pública, especialmente num momento de crescente influência do pensamento liberal e da maçonaria no Brasil imperial.

> O Thabor, conquanto religioso, não é um livro de orações, nem de piedade, é uma folha de raciocínio e discussão, disposta a apresentar-se na liça,[12] quando vierem atacá-la na sua casa; destinada a fazer ver a fé apoiada em fundamentos inconcussos, e a justificá-la aos olhos daqueles que a deprimem e a deturpam sem conhecê-la (O Thabor, 1881, p. 1).

O Thabor se colocava como um instrumento de raciocínio, discussão e debate, e não como um livro piedoso de orações. Essa autodefinição é importante no contexto do século XIX, em que o racionalismo, condenado pelo Papa Pio IX no *Syllabus* de 1864, predominava na filosofia e acusava a Igreja de fideísmo e irracionalidade.

> O nosso programa, pois, é profundamente reacionário:[13] unir o clero (desgraçadamente bastante desunido entre nós, o que não deixa de ser um grande mal para a igreja) e os elementos católicos esparsos pela província para reagir contra a impiedade e o racionalismo que quer avassalarmos no que temos de mais nobre.

O termo "reacionário" refere-se à reação aos ataques sofridos pela religião católica por parte das ideologias do século XIX e dos "governos maçonizados", que, segundo os redatores do jornal, expulsavam a religião das leis nacionais. Alude ao regime do padroado régio, que, segundo o editor, já prestou relevantes serviços à Igreja, mas seria, no momento da publicação do jornal, *uma corrente de ferro que a Igreja arrasta*. A questão da escravidão e sua abolição não são tratadas explicitamente no jornal, mas em diversos textos são dadas indicações do pensamento dos editores e redatores do periódico a respeito do valor do trabalho humano. O trabalho, enfim, é uma virtude, e a virtude nos abre as portas das bem-aventuranças e nos aproxima desse ideal por Deus traçado à criatura e às nações – "sede perfeitos como vosso Pai Celeste o é" (O Thabor, 1881, p. 1).

O trabalho, sendo uma virtude, é colocado em oposição à escravidão. Se o trabalho é uma virtude, não pode, portanto, ser fruto de algo perverso, como a escravidão. Assim, embora não fale de modo claro a respeito do fim da escravidão, quando apresenta o trabalho como virtude, ele não pode ser associado a um sistema tão perverso quanto a escravidão.

5.3 A carta pastoral de 1887

No dia 15 de agosto de 1887, Dom Sebastião publicou uma carta pastoral para a diocese sobre o jubileu de ouro de ordenação sacerdotal do Papa Leão XIII, em 31 de dezembro de 1887.

---

[12] Espaço cercado por paliçada de madeira que rodeava os castelos medievais e onde ocorriam torneios, justas e combates.
[13] O termo reacionário não se refere, no contexto do século XIX, à extrema-direita, como ocorre em nossos dias; é empregado, pois, no sentido de reagir a uma situação ou ideologia, no caso, reagir aos ataques sofridos pela religião católica.

Todos os católicos do mundo foram convidados a render homenagens ao Santo Padre, por meio de orações públicas e privadas, e as dioceses, a oferecer algum presente ao Papa, que poderia ser algum objeto da cultura local.

Para organizar e regularizar a celebração do jubileu pontifício, fora criada uma comissão na Santa Sé, que se comunicava com o episcopado do mundo inteiro. A referida comissão sugeriu quatro meios de oferecer uma homenagem ao Santo Padre: orações cotidianas pela paz e triunfo da Igreja e pela conservação da vida do Papa; contribuir, cada um, com seu óbolo como esmola da missa que o Papa celebraria no dia 31 de dezembro; confeccionar algum presente que ficaria exposto em algum lugar no Vaticano; e ir a Roma em peregrinação e rezar no túmulo de São Pedro.

Dom Sebastião mencionou as canonizações de vários bem-aventurados, cujos processos seriam concluídos durante o ano jubilar, e, para introduzir o assunto sobre o qual queria discorrer daí por diante, o bispo do sul do Brasil cita o padre jesuíta Pedro Claver, já chamado, àquela época, "o apóstolo dos negros"[14] devido ao seu trabalho apostólico junto aos africanos escravizados que chegavam ao porto de Cartagena, atual Colômbia.

No parágrafo seguinte, o prelado rio-grandense inicia sua preleção relacionando o trabalho de São Pedro Claver ao que faziam os bispos brasileiros que pediam aos seus diocesanos que libertassem seus escravos, certos de que essa atitude agradaria ao Papa; a libertação dos escravos seria, então, um presente ao Romano Pontífice por ocasião de seu jubileu sacerdotal. A exemplo dos seus irmãos no episcopado, faz o mesmo pedido aos diocesanos do Rio Grande do Sul.

> Fazemos nossas as palavras desses veneráveis Prelados, e no nosso turno conjuramos, no legítimo uso da Nossa autoridade espiritual toda de paz e amor, ao Clero e Fiéis dessa Diocese para que, cada um nos limites das suas forças e todos em um só, trabalhem na santa cruzada da emancipação dos escravos nesta heroica província, que já tão vantajosamente se tem distinguido entre as suas coirmãs nesta gloriosa campanha.[15]

Na segunda parte da pastoral, Dom Sebastião discorre sobre a necessidade de o Brasil "apagar do seu solo a mancha da escravatura", que criara em solo brasileiro uma situação incompatível e antagônica ao espírito do cristianismo, e, sendo o império brasileiro uma sociedade cristã, não poderia viver valores contrastantes com o Evangelho de Jesus Cristo. Numa breve, mas profunda sentença, Dom Sebastião mostra seu argumento teológico para o fim da escravidão: todos os homens – africanos, europeus e nativos americanos – têm uma origem e um destino comuns, foram criados por Deus, são irmãos em Jesus Cristo e são iguais perante Deus. Dom Sebastião fundamenta seu pensamento sobre o fim da escravidão na criação; trata-se, pois, de um argumento antropológico. Todos os seres humanos são criados por Deus, e, por isso, têm a mesma dignidade, o que seria, para o prelado, um impeditivo para que um ser humano escravizasse outro.

---

[14] São Pedro Claver nasceu em Verdú, na Catalunha, em 25 de junho de 1581, e não pertencia a uma família nobre. Fez o noviciado em Tarragona, os estudos filosóficos em Palma de Maiorca e iniciou os teológicos em Barcelona. Ele ainda não havia terminado seus estudos quando foi destinado à missão de Nova Granada, como era chamada a atual Colômbia. O jovem desembarcou em Cartagena, em 1610, e foi ordenado sacerdote, em 1616, naquela missão, onde, por 44 anos, trabalhou entre os escravos afro-americanos, em um período de forte tráfico. Educado na escola do missionário Alfonso de Sandoval, Pedro tornou-se servo dos negros para sempre ("*Aethiopum semper servus*"); na época, todos os negros eram chamados etíopes. As costas litorâneas – onde milhares de pessoas eram abandonadas, arrancadas sem nenhum remorso da sua vida familiar e da sua terra –, transformaram-se em campo de apostolado para o jovem jesuíta. Todas as vezes que Pedro era avisado sobre a chegada de novos escravos apinhados nos navios, entrava no mar, com o seu barco, para encontrá-los e levar-lhes comida, ajuda e conforto. Curava as suas feridas, pedia esmola para comprar-lhes vestidos e matar sua fome. Despertava em cada um o sentido da própria dignidade humana; levava a fé aos não batizados; encaminhava-os ao conhecimento e à prática das virtudes evangélicas. Para quem vivia com correntes nos pés e sob o açoite dos feitores, a esperança vinha de Nosso Senhor. Aprendeu a língua dos angolanos e serviu-se de outros 18 intérpretes para instruir os escravos. Com essa proposta, Pedro de Claver batizou cerca de quatrocentos mil negros durante os quarenta anos de missão apostólica. Foram atribuídos a ele, ainda, muitos milagres de cura. Pela sua obra incansável, foi acusado de descuidar e profanar os Sacramentos, administrando-os a criaturas que "mal entendiam". Em 1650, adoeceu com a peste: sobreviveu, mas pelo resto da vida não pôde mais trabalhar. Nos últimos quatro anos de sua existência terrena passou imobilizado na enfermaria do convento. O homem que fora a alma da cidade, pai dos pobres e consolador de muitas desgraças, foi completamente esquecido por todos, passando o tempo em oração. São Pedro Claver morreu em 8 de setembro de 1654, na Colômbia (Paulo, 2026).

[15] Carta pastoral de Dom Sebastião de 15 de agosto de 1887.

No editorial de *A Estrella do Sul* de vinte e seis anos antes (1862), a encarnação de Jesus Cristo foi a base da argumentação para o fim da escravidão, pois, pelo fato mesmo da encarnação, Jesus Cristo tinha a mesma carne que os africanos escravizados. Então, Dom Sebastião utilizou-se do argumento da encarnação e da criação: Jesus Cristo, o Verbo do Pai, encarnou-se para a redenção da humanidade, e, sendo os africanos seres humanos, criados à imagem e semelhança de Deus como todas as outras raças, participam também da redenção. Em nenhum dos dois textos há menção ao desenvolvimento da nação, ao progresso da civilização, como nos textos abolicionistas leigos, a exemplo de Joaquim Nabuco.

Tanto no texto sobre a caridade como na carta pastoral de 1887, Dom Sebastião usa tão somente argumentos teológicos. Seria um pensamento estritamente teológico ou haveria preocupação em não se aproximar do movimento abolicionista, cujos membros militantes eram, em sua maioria, maçons e liberais? De qualquer forma, Dom Sebastião utiliza um argumento eminentemente antropológico em ambos os textos, numa época em que a antropologia ainda não estava sistematizada como uma ciência à parte da teologia ou da filosofia.

6 Conclusão

Importante destacar que Dom Sebastião pede, na prática, o fim da escravidão até dezembro de 1887, cinco meses antes que a Princesa Isabel assinasse a Lei Áurea. Os ultramontanos eram antirrevolucionários, ou seja, acreditavam que as reformas sociais deveriam ocorrer pelo concurso do Parlamento, pela lei, inclusive a abolição da escravidão. Por isso, Dom Sebastião apoiou as emancipações ocorridas em Porto Alegre e em Pelotas em 1884, em que os cativos se tornavam livres, mas se comprometiam a cumprir um contrato de trabalho por um tempo determinado. Na carta pastoral de 1887, Dom Sebastião, na prática, pede a quebra dos contratos, pois pede que os senhores libertem seus escravos até dezembro de 1887, antes do prazo estabelecido pelos contratos. Não era uma atitude revolucionária, pois era uma tentativa de conscientização, especialmente dos senhores católicos – que eram a maioria – de que, em homenagem a Leão XIII, libertassem seus escravos.

Referências

A ESTRELLA DO SUL. Porto Alegre: Arquivo Monsenhor Ruben Neis, 1862.

LARANJEIRA, Dom Sebastião Dias. *Carta Pastoral de 15 de agosto de 1887*. Porto Alegre: Arquivo Monsenhor Ruben Neis, 1887.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Os cativos e os homens de bem*: experiências negras no espaço urbano. Porto Alegre: EST Edições, 2003.

NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. Brasília, DF: Senado Federal, 2003.

NEIS, Monsenhor Ruben. Centenário de falecimento de Dom Sebastião. *Guia da Arquidiocese de Porto Alegre*, Porto Alegre, n. especial, p. 16-27, jun. 1990.

O CONSERVADOR. Porto Alegre: Museu da Comunicação Hipólito José da Costa, 1887.

O THABOR. Porto Alegre: Arquivo Monsenhor Ruben Neis, 1881.

O THABOR. Porto Alegre: Arquivo Monsenhor Ruben Neis, 1882.

PAULO, Melody de. *São Pedro Claver, padroeiro das missões católicas entre os negros*. Cachoeira Paulista: Canção Nova, 2026. Disponível em: https://santo.cancaonova.com/santo/sao-pedro-claver-padroeiro-das-missoes-catolicas-entre-os-negros/. Acesso em: 5 out. 2026.

PICH, Roberto Hofmeister. Alonso de Sandoval S.J. (1576/1577–1652) and the ideology of black slavery: some theological and philosophical arguments. *Patristica et Mediaevalia*, Buenos Aires, v. 36, p. 51-74, 2015. Disponível em: https://revistascientificas.filo.uba.ar/index.php/petm/article/view/7752. Acesso em: 14 out. 2026.

RAMOS, Iuri Gomes. *A Estrella do Sul e os inimigos da fé católica*: 1862 a 1867. 2008. 130 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/2269. Acesso em: 10 out. 2025.

RUBERT, Arlindo. Os Bispos do Brasil no Concílio Vaticano I (1869-1870). *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, v. 29, n. 1, p. 103-120, mar. 1969. Disponível em: https://doi.org/10.29386/reb.v29i1.4707. Acesso em: 12 out. 2025.

SANTOS, Fabiano Glaeser dos. *O Papa infalível em Porto Alegre*: repercussões em terras sulinas do Concílio Vaticano I. Porto Alegre: EST, 2020.

SANTOS, Fabiano Glaeser dos; PICH, Roberto Hofmeister. Discursos eclesiásticos antiescravistas no Rio Grande do Sul do século XIX. *In:* FERNANDES, Rafael Martins; GOMES, Tiago de Fraga (org.). *IV Semana Acadêmica do PPG em Teologia da PUCRS*. Porto Alegre: Fundação Fênix, 2023. p. 45-68.

SCHWARTZ, Stuart. Escravidão indígena e o início da escravidão africana. *In*: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio (org.). *Dicionário da escravidão e liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 227-234.

TAVARES, Mauro Dillmann. *Irmandades, igreja e devoção no sul do império do Brasil*. São Leopoldo: Oikos, 2008.

Fabiano Glaeser dos Santos

Pós-doutorando pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e doutor em Teologia pela PUCRS.

Endereço para correspondência

Fabiano Glaeser dos Santos

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

Escola de Humanidades

Programa de Pós-Graduação em Teologia

Av. Ipiranga, 6681

Partenon, 90619-900

Porto Alegre, RS, Brasil

Como citar este artigo

Glaeser dos Santos, F. Dom Sebastião Dias Laranjeira, o defensor da liberdade: um bispo abolicionista no sul do Brasil. Teocomunicação, e49296. https://doi.org/10.15448/0103-314X.2026.1.49296

Os textos deste artigo foram revisados pela Texto Certo Assessoria Linguística e submetidos para validação dos autores antes da publicação.